

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Chamamos de processo de urbanização a transformação de espaços naturais e rurais em espaços urbanos, concomitantemente à transferência da população do campo para a cidade – que quando acontece em larga escala é chamada de *êxodo rural*. Nos países desenvolvidos esse crescimento (urbano) se deu de forma lenta e gradual. Nos países em desenvolvimento ocorreu de forma rápida e recente.

As cidades vêm sendo erguidas desde a Antiguidade: Ur e Babilônia foram construídas há cerca de 5 mil anos, na Mesopotâmia, planície drenada pelos rios Tigre e Eufrates, hoje no Iraque. Elas eram centros de poder e de negócios, e a maioria da população vivia no campo. Mesmo quando algumas cidades alcançaram grande dimensão populacional (como Roma, que em seu apogeu, no início da era cristã, tinha cerca de 1 milhão de habitantes), as taxas de urbanização continuaram muito baixas, porque a atividade agrícola era predominante e ocupava muita mão de obra.

Durante a Idade Média, sob o feudalismo, as cidades perderam importância devido à descentralização político-econômica característica desse sistema econômico e à consequente redução das trocas comerciais. Já com o desenvolvimento do capitalismo comercial, as cidades passaram a ganhar cada vez mais importância porque voltaram a ser o centro dos negócios. Mas foi sobretudo a partir do capitalismo industrial que se iniciou um contínuo processo de urbanização.

Embora tenha se acelerado com as revoluções industriais, a urbanização foi, até meados do século XX, um fenômeno relativamente lento e circunscrito aos países pioneiros no processo de industrialização. Mesmo o Reino Unido tornou-se predominantemente urbano somente por volta de 1900.

Historicamente, dois fatores condicionaram o processo de urbanização: **os atrativos**, que estimulam as pessoas a ir para as cidades, e **os repulsivos**, que as impulsionam a sair do campo.

Os **fatores atrativos** são predominantes em países desenvolvidos e em regiões modernas dos países emergentes. Estão associados ao processo de industrialização, ou seja, às transformações provocadas na cidade pela indústria, notadamente quanto à geração de empregos no próprio setor industrial e no de serviços. Além disso, a modernização da agropecuária, principalmente por causa da mecanização da agricultura, aumentou a produtividade agrícola e possibilitou a transferência de pessoas do campo para a cidade ao longo da História.

Nos séculos XVIII e XIX, durante a Revolução Industrial, as principais cidades dos atuais países desenvolvidos europeus tiveram um crescimento muito rápido, com a consequente deterioração da qualidade de vida. Os trabalhadores moravam em cortiços e eram frequentes as doenças e epidemias pela falta de saneamento básico e de higiene. Também não havia legislação trabalhista e o nível geral de renda era muito baixo. Ao longo do tempo passou a haver um lento crescimento dos salários, paralelamente à luta pela conquista de alguns direitos fundamentais, como a redução da jornada de trabalho, férias e descanso semanal remunerado. Os governos passaram a intervir nas cidades, melhorando as condições gerais de saneamento, habitação e transporte. Nessa época, a circulação de mercadorias e de pessoas e a desconcentração da produção industrial ocasionaram o desenvolvimento de outras cidades, que com o tempo formaram uma densa e articulada rede urbana.

Os **fatores repulsivos** são típicos de alguns países em desenvolvimento, qualquer que seja seu nível de industrialização. Estão associados às péssimas condições de vida existentes na zona rural, por causa da *estrutura fundiária bastante concentrada*¹, dos baixos salários, da falta de apoio aos pequenos agricultores e do arcaísmo das técnicas de cultivo. O resultado é o êxodo rural, ou seja, uma grande transferência da população do campo para as cidades, notadamente para as grandes metrópoles, provocando agravamento dos problemas urbanos.

Após a Segunda Guerra, com a expansão das empresas transnacionais e o impulso à industrialização em países em desenvolvimento, a urbanização se acelerou em muitos deles até então agrícolas, notadamente na América Latina. Em contrapartida, a África e a Ásia, apesar da aceleração recente, ainda são continentes pouco urbanizados (veja a tabela da abertura deste capítulo).

Nos países desenvolvidos e em alguns emergentes tem havido um processo de transferência de indústrias das grandes para as médias e pequenas cidades, promovendo uma desconcentração urbano-industrial. O setor que mais tem crescido, principalmente nas grandes cidades, é o de serviços. Com essas transformações nas regiões do mundo consideradas modernas, já não se pode estabelecer a clássica separação entre campo e cidade, uma vez que atividades antes exclusivamente urbanas se disseminaram no meio rural.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRO A PARTIR DO SÉCULO XX E SUA RELAÇÃO COM A INDUSTRIALIZAÇÃO

Caro aluno, iniciamos essa aula com a distinção entre meio ou espaço urbano (cidade) e o meio ou espaço rural (campo), para depois relacionarmos o processo de urbanização com o processo de industrialização.

Veja que no campo, apesar de muitas vezes existirem indústrias, as chamadas agroindústrias²³, normalmente predominam as atividades primárias (extrativismo e agropecuária). Na cidade há quase exclusivamente atividades secundárias (indústrias e a construção civil) e terciárias (comércio e serviços), embora ocasionalmente existam algumas atividades primárias. Assim, o meio urbano e o rural se complementam e dependem um do outro.

O que não deve ser esquecido é que a Primeira Revolução Industrial provocou profundas transformações espaciais nas cidades. Daí podermos afirmar que, desde o fim do século XVIII, industrialização e urbanização caminharam sempre juntas. Não que nunca tivesse tido urbanização e concentração antes nas cidades, mais após a revolução a escala foi muito maior. Em primeiro lugar devido a industrialização moderna se concentra no espaço urbano. Segundo, porque foi a partir da Revolução

¹ A maior parte das terras ocupadas e os melhores solos encontram-se nas mãos de pequeno número de proprietários (os latifundiários), ao passo que um imenso número de pequenos proprietários possui áreas ínfimas, insuficientes para garantir-lhes, e as suas famílias, um nível de vida descente.

² A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura.

³ Silvicultura é a área de conhecimento que se destina à recuperação de florestas em todos os aspectos ligados ao ecossistema como irrigação, renovação de espécies em extinção, equilíbrio dos ciclos de renovação de nutrientes, reflorestamento. Além da preservação de biomas, visa também o aproveitamento sustentável das florestas.

Industrial que se desenvolveu um enorme processo de urbanização atingindo se não toda, mas boa parte da sociedade humana.

Perceba a relação entre a grande concentração de pessoas das cidades e a industrialização que se deve a alguns fatores:

1. As primeiras indústrias com suas máquinas exigiam grande número de trabalhadores que deveriam morar perto das fábricas;
2. A produção industrial exigia um mercado consumidor (estabelecimentos comerciais), que são próprios do meio urbano;
3. A infraestrutura já existente nas cidades (ruas e estradas, instalação de água encanada, estabelecimento de meios de comunicação, fornecimento de energia elétrica, etc.) atraiu novas indústrias, aumentando a concentração de pessoas nas cidades.

Outro fator importante é que ao mesmo tempo em que o espaço urbano crescia com a industrialização, o campo também sofria importantes mudanças: novas técnicas foram introduzidas na agropecuária, o que aumentou consideravelmente a produtividade como a mecanização da agricultura e diminuindo a necessidade de mão de obra. Isso fez os moradores do campo se deslocarem para as cidades (o que ficou conhecido como migrações rural-urbanas ou êxodo rural).

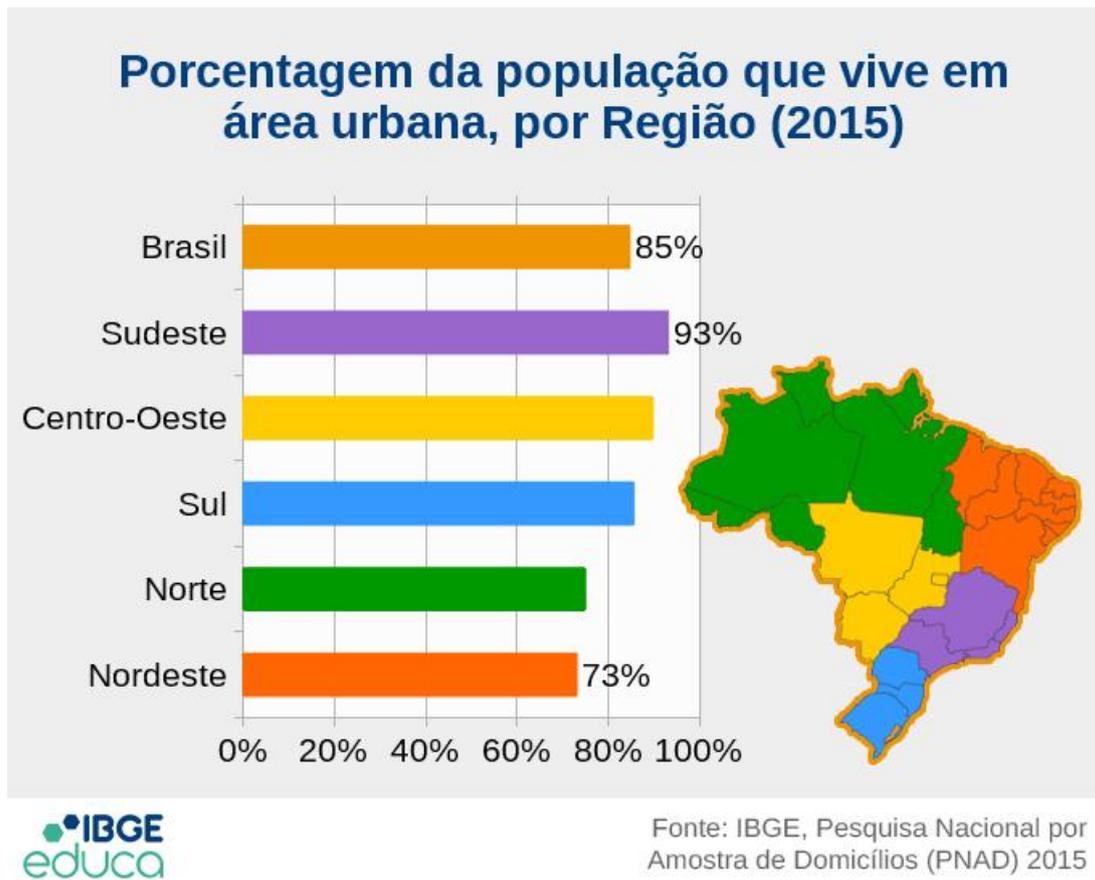
No Brasil, o processo de urbanização não foi diferente do restante do mundo, mas só se iniciou no século XX, junto com a industrialização.

A indústria brasileira atraiu um grande número de pessoas que migraram do campo para a cidade (êxodo rural), o que deu início à urbanização. Só então a população das cidades passou a crescer mais do que a população rural do país. Trata-se, portanto, de uma urbanização recente. Apenas em 1970 a população urbana brasileira (56%) ultrapassou pela primeira vez a população rural (44%). Em 1980 a população urbana já correspondia a 67%, em 2000, a 81,2% e em 2010, a 84,4%.



E finalmente, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais.

A Grande Região com maior percentual de população urbana é o Sudeste, com 93,14% das pessoas vivendo em áreas urbanas. A Região Nordeste é a que conta com o maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais, 26,88%.



As fábricas instaladas nas cidades que se industrializaram não conseguiram absorver grande parte da população expulsa do campo, com isso boa parte da população urbana foi absorvida pelo setor terciário (comércio e serviços). Outro ponto marcante do processo de urbanização é a articulação territorial entre as cidades que acabam gerando uma hierarquia.

AS CIDADES E A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Até meados dos anos 1960 a população brasileira era predominantemente rural. Entre as décadas de 1950 e 1980, milhões de pessoas migraram para as regiões metropolitanas e capitais de estados. Esse processo provocou inchaço, segregação espacial e aumento das desigualdades nas grandes cidades, mas também melhoria em vários indicadores sociais, como redução da natalidade e dos índices de mortalidade infantil, além do aumento na expectativa de vida e nas taxas de escolarização. A fundação de Brasília (1960) e a abertura de rodovias integrando a nova capital ao restante do país provocaram significativas alterações nos fluxos migratórios e na urbanização brasileira. As novas possibilidades de ocupação do território das regiões centro-oeste e norte por meio da criação de gado e do cultivo de grãos, entre outras atividades, promoveram a integração de novas regiões agrícolas à dinâmica econômica comandada pelo sudeste e sul. Houve crescimento das cidades que já existiam, inauguração de outras e, conseqüentemente, reflexos na rede urbana brasileira. Nas regiões nordeste, sudeste e sul também ocorreu a estruturação de novas redes urbanas comandadas por

idades médias que se modernizaram, provocando alteração no destino de muitos migrantes e redução dos movimentos de população em direção às grandes metrópoles.

AS HIERARQUIZAÇÕES DAS CIDADES ATRAVÉS DO PROCESSO INTERLIGAÇÃO DAS REDES

Vejamos com o tempo, cada cidade se destaca pelas atividades econômicas e culturais que oferece à sua população e à população de outras áreas. As intensas relações que essas cidades mantêm entre si constituem a rede urbana ou sistema de cidades. Portanto, *rede urbana é o sistema de relações políticas, econômicas e culturais que as cidades (de uma região ou de um país) estabelecem entre si*. Esse sistema de relações obedece a uma hierarquia (uma ordem), em que as cidades menores dependem das grandes cidades.

Hierarquia urbana - Esse conceito foi tomado do jargão militar: refere-se a uma rígida hierarquia, na qual cada subordinado se reporta ao seu superior imediato. No exército, por exemplo, o soldado reporta-se ao cabo, que se reporta ao sargento, que se reporta ao tenente, e assim sucessivamente até chegar ao general. Fazendo uma analogia, a vila seria um soldado e a metrópole completa, um general, a posição mais alta. Logo, a metrópole seria o nível máximo de poder e influência econômica, e a vila, o nível mais baixo, que sofreria influência de todas as outras.

Ocorre que essa concepção tradicional de hierarquia urbana já não oferece uma boa descrição das relações estabelecidas entre as cidades no interior da rede urbana. Com os avanços da revolução técnico-científica, a acelerada modernização dos sistemas de transportes e de telecomunicações, o barateamento e a maior facilidade de obtenção de energia, a disseminação de aviões, trens rápidos e automóveis, enfim, com a redução do tempo e das distâncias, as relações entre as cidades já não respeitam o “esquema militar”, pelo qual era necessário “galgar postos” dentro da hierarquia das cidades. No atual estágio informacional do capitalismo, estruturou-se uma nova hierarquia urbana, dentro da qual a relação da vila ou da cidade local pode se dar com o centro regional, com a metrópole regional ou até mesmo diretamente com a metrópole nacional (os modelos tradicional e recente, da inter-relação das cidades no interior da rede urbana, podem ser analisados nas páginas 29 e 30 dos slides).

AS 47 CIDADES GLOBAIS

As duas cidades mais influentes, que mais polarizam os fluxos de pessoas, investimentos, informações, etc. – as principais comandantes da globalização – são Nova York e Londres. Em seguida, também com alto grau de integração, porém complementares às duas primeiras, vêm oito cidades: Hong Kong, Paris, Cingapura, Tóquio, Xangai, Chicago, Dubai e Sydney. Ainda fortemente conectadas, mas num patamar inferior a essas primeiras, vêm 18 cidades, entre as quais está São Paulo (o mapa com as 47 cidades globais do mundo pode ser analisado nas páginas 31, 32 e 33 dos slides).

AS MEGACIDADES

De acordo com a ONU, são aglomerações urbanas (regiões metropolitanas) com 10 ou mais milhões de habitantes (ver tabela na página 35 dos slides).

Temos que ter em mente que a rede urbana não se refere apenas as cidades, mas também os espaços rurais próximos, pois as atividades do campo passaram a ser exercidas de acordo com os interesses da cidade depois da revolução industrial.

Assim, caro aluno, as grandes cidades das redes urbanas funcionam ao mesmo tempo como centro de decisões políticas (de sua região ou do país como um todo) e de decisões econômicas, além de ser um centro científico, artístico, cultural e tecnológico.

Essas grandes cidades que exercem liderança sobre um conjunto de outras cidades são conhecidas em grande parte como metrópoles, centros de primeira grandeza no conjunto das redes urbanas, acabam exercendo o papel controlador dos fluxos de capitais de mercadorias e de pessoa tornando-se o centro polarizador por excelência.

Outro elemento importante na urbanização é a formação de gigantescas áreas superurbanizadas: as megalópoles.

Uma megalópole se forma quando os fluxos de pessoas, capitais, informações, mercadorias e serviços entre duas ou mais metrópoles estão fortemente integrados por modernas redes de transportes e telecomunicações, mesmo que existam espaços agrícolas entre elas. Portanto, não é necessário que todas as cidades estejam conurbadas em uma megalópole. A primeira megalópole a se estruturar no mundo, denominada informalmente de Boswash, abrange um cordão de cidades no nordeste dos Estados Unidos que se estende de Boston até Washington, tendo Nova York como a cidade mais importante (observe o mapa). Ainda nos Estados Unidos, encontramos San-San, que se estende de San Francisco a San Diego, passando por Los Angeles, na Califórnia; e Chipitts (também conhecida como megalópole dos Grandes Lagos), que vai de Chicago a Pittsburgh e se estende até o Canadá por cidades como Toronto, a maior daquele país. A megalópole japonesa situa-se no sudeste da Ilha de Honshu, no eixo que se estende de Tóquio até o norte da Ilha de Kyushu, passando por Osaka e Kobe. Na Europa, a megalópole se desenvolveu no Noroeste, abarcando as aglomerações do Reno-Ruhr, na Alemanha, da Grande Paris, na França, e da Grande Londres, no Reino Unido, e é, portanto, transnacional. No Brasil, a megalópole nacional é formada pelas duas maiores metrópoles do país: abrange a macrometrópole paulista, cuja cidade mais importante é São Paulo, e, passando pelo Vale do Paraíba e Litoral Norte, estende-se até a região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse fenômeno, que também se iniciou nos países desenvolvidos, atualmente se espalha por todo o planeta.

Vejamos, se o que acontece no mundo e no Brasil é a mesma coisa?

Sim, a rede urbana brasileira também é uma consequência do processo de industrialização, concentrada especialmente em São Paulo, que deu início à formação de uma rede urbana comandada por duas metrópoles — São Paulo e Rio de Janeiro — e constituída por milhares de cidades espalhadas pelo território brasileiro.

AS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

As regiões metropolitanas Brasileiras foram criadas por lei aprovada no Congresso Nacional em 1973, que as definiu como “Um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comum”, que deveriam ser reconhecidas pelo IBGE.

BRASIL: MAIORES REGIÕES METROPOLITANAS E RIDES - 2012	
Região Metropolitana	População
1. São Paulo	19 683 975
2. Rio de Janeiro	11 835 708
3. Belo Horizonte	5 414 701
4. Porto Alegre	3 958 985
5. Ride DF e entorno	3 717 728
6. Recife	3 690 547
7. Fortaleza	3 615 767
8. Salvador	3 573 973
9. Curitiba	3 174 201
10. Campinas	2 797 137
11. Goiânia	2 173 141
12. Manaus	2 106 322
13. Belém	2 101 883
14. Grande Vitória	1 687 704
15. Baixada Santista	1 664 136

IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE; Coordenação de População e Indicadores Sociais – Copis. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2013.

*Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride) também são regiões metropolitanas, mas os municípios que as compõem se situam em mais de um estado e, por causa disso, são criadas por Lei Federal.

Em 2010 o Brasil possuía 36 regiões metropolitanas e três Regiões Integradas de Desenvolvimento, sendo que as quinze maiores regiões metropolitanas (incluindo a Ride do Distrito Federal) abrigavam mais de 71 milhões de habitantes, aproximadamente 37% da população do país. Veja a tabela na página seguinte, onde estão listadas as quinze maiores regiões metropolitanas (incluída a Ride do Distrito Federal).

Preste atenção, atualmente, o que caracteriza uma grande cidade é a prestação de serviços especializados. Assim, nas grandes cidades se concentram bancos, instituições financeiras, recursos médicos mais avançados, universidades, laboratórios de pesquisa, empresas que desenvolvem programas de tecnologia avançada, etc. Por isso, as grandes cidades têm maior capacidade de polarização sobre as outras.

Mas nosso território não é constituído somente de grandes cidades. As pequenas cidades existem aos milhares e dependem dos serviços e dos produtos industrializados das metrópoles e outros grandes centros comerciais. São conhecidas também como cidades locais. É por intermédio delas que as grandes e médias cidades recebem do campo as matérias-primas necessárias à indústria e os gêneros alimentícios para atender à população.

No Brasil, as principais regiões metropolitanas são: Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Belo Horizonte, Grande Porto Alegre, Grande Recife, Grande Salvador, Grande Fortaleza, Grande Curitiba, Grande Belém, Baixada Santista, Grande Vitória e Grande Natal. Cada uma dessas regiões metropolitanas possui uma cidade principal — a metrópole — e cidades a ela conurbadas ou vizinhas, formando aglomerados urbanos com, no mínimo, cerca de 1 milhão de habitantes (Natal), até 17,8 milhões de habitantes (São Paulo). Além dessas doze principais regiões metropolitanas, reconhecidas pelo IBGE, existem mais três cidades brasileiras (Brasília, Manaus e Goiânia), com mais de 1 milhão de habitantes, e uma (Campinas) com cerca de 1 milhão. Temos no país, portanto, dezesseis cidades que, juntas, abrangem mais de um terço da população nacional.

OS ESPAÇOS URBANOS E SUA RELAÇÃO COM A CIDADANIA E SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Caro aluno, depois do debate sobre os espaços urbanos e suas relações de hierarquização, agora vamos notar que eles são concentradores de riquezas e pobreza.

Com isso, vemos a cidade dividida entre poder econômico e sua população, onde investimentos públicos tornando-se prioridade nas áreas mais ricas deixando a margem do desenvolvimento boa parte das pessoas.

Então quem são os agentes que organizam os espaços urbanos?

Temos que ter em mente, que os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, tem em comum a organização do espaço urbano a partir da reprodução das relações capitalistas através da posse e controle do uso da terra urbana onde o Estado entra somente como apaziguador ou minimizador dos conflitos de classe.

Nas cidades, os grupos sociais (população), na verdade não são modeladores do espaço urbano, mesmo os envolvidos com a “autoconstrução”, eles são manobrados pelo mercado.

Vamos lá, pensar um pouco mais. As favelas apresentam uma realidade diferente dos demais espaços da cidade. É na favela, seja ocupação de terrenos públicos ou privados, onde os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente dos outros agentes. Onde a produção do espaço é uma forma de resistência, estratégia e de sobrevivência.

Preste atenção, estamos refletindo sobre a cidade em que a cidadania não é exercida em sua plenitude, deixando ao quase exclusivo jogo do mercado. O espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um “espaço sem cidadãos”. Onde os fixos sociais (estruturas e infraestrutura construídas) não são usufruídos, não há um direito de morar, pois ele está vin-

culado ao poder aquisitivo, onde não há um direito ao entorno, pois as paisagens mudam fora do controle da população. As áreas de lazer os espaços públicos se tornam privados à medida que não há como usufruir deles sem que haja gastos do deslocamento ou alimentação, até o direito à privacidade fica comprometido com prédios que se debruçam uns sobre os outros nas cidades.

Perceba que o resultado de todos esses problemas, é um espaço empobrecido materialmente, socialmente, politicamente, culturalmente e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente.



Tudo isso acaba gerando uma segregação entre as classes sociais ou uma segregação residencial na cidade, com uma produção dominante e outra subordinada do espaço.

Assim, a produção do espaço urbano materializa a desigualdade social começando com a questão da moradia e acabando refletido em um processo de segregação e discriminação no espaço urbano acrescido de fatores econômicos, sociais e culturais em que os principais seriam: a renda familiar, as políticas educacionais, as políticas habitacionais a especulação imobiliária, entre outros.

A SEGREGAÇÃO ESPACIAL E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

A segregação espacial no Brasil ficou mais visível com a pandemia do Coronavírus. A população que mais sofre é a de baixa renda, que em sua grande maioria não tem acesso a água potável e tratamento de esgoto e nos bairros da região periférica concentram o maior número de mortes suspeitas pela doença.

Disponibilizei para vocês 07 vídeos que mostram bem a questão da desigualdade social e a segregação espacial no Brasil. Notem que alguns vídeos têm mais de 30 anos, o que mostra que esses problemas não são recentes no país.